

VARIAÇÃO LEXICAL EM LIBRAS NO REGISTRO ACADÊMICO: ANÁLISE DE TERMOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

*LEXICAL VARIATION IN BRAZILIAN SIGN LANGUAGE IN THE ACADEMIC REGISTER: ANALYSIS
OF TECHNICAL-SCIENTIFIC TERMS*

*VARIACIÓN LÉXICA EN LA LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA (LIBRAS) EN EL REGISTRO
ACADÉMICO: ANÁLISIS DE TÉRMINOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS*

Deonísio Schmitt

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Doutor em Linguística

Ana Carolina Raimundo Silva

Instituto Federal Goiano, Brasil
Mestra Profissional em Ensino para a Educação Básica

Carla Beatriz Medeiros Klein

Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
Doutoranda em Letras

Marceli Lucia Paveglia Romeu

Universidade Federal do Pampa, Brasil
Mestra em Educação

Daniel Lopes Romeu

Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas, Brasil
Doutorando Profissional em Educação e Tecnologia

Giovana Cristina de Campos Bezerra

Universidade Federal do Pará, Brasil
Doutoranda em Estudos Linguísticos e Estudos Literários

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i3.542>

Publicado em: 07.03.2026

Resumo: Este artigo examina a variação lexical na Língua Brasileira de Sinais (Libras) no registro acadêmico, analisando os processos de criação, negociação, difusão e formação de termos técnico-científicos utilizados por comunidades surdas universitárias. A pesquisa problematiza a tensão entre diversidade lexical regional e exigências de precisão conceitual no ensino superior bilíngue, contexto consolidado pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005. Fundamenta-se em referenciais sociolinguísticos (Labov, 2008), terminológicos (Cabré, 1993) e teorias de registro linguístico (Halliday, 1989), aplicados à especificidade visuoespacial da Libras. Demonstra-se que a criação de sinais para conceitos como *epistemologia*, *metodologia* e *paradigma* ocorre via negociações colaborativas entre docentes surdos, intérpretes e estudantes, combinando iconicidade fonética e arbitrariedade convencional (Stokoe, 1978; Liddell, 2003). A difusão terminológica acelera-se por redes acad micas presenciais (congressos) e digitais (glossários videográficos),

evidenciando gradientes regionais e etários na adoção lexical (Quadros; Klein, 2014). Políticas linguísticas de formação profissional revelam-se insuficientes para documentar variantes, perpetuando assimetrias entre centros acadêmicos dominantes e periferias linguísticas (Skliar, 2002). Conclui-se que a variação lexical constitui patrimônio constitutivo da Libras acadêmica, demandando políticas que promovam terminografia colaborativa e currículos reflexivos sobre metalinguagem sinalizada. Tais medidas empoderariam a comunidade surda como produtora autônoma de conhecimento científico, transcendendo papéis remediativos para afirmar epistemologias visuoespaciais no panorama acadêmico brasileiro.

Palavras-chave: Variação lexical. Libras. Registro acadêmico. Terminologia técnico-científica. Políticas linguísticas. Educação bilíngue surda.

Abstract: This article examines lexical variation in Brazilian Sign Language (Libras) within the academic register, analyzing the processes of creation, negotiation, diffusion, and training of technical-scientific terms used by deaf university communities. The study problematizes the tension between regional lexical diversity and conceptual precision requirements in bilingual higher education, consolidated by Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005. It is grounded in sociolinguistic frameworks (Labov, 2008), terminological theory (Cabré, 1993), and linguistic register theories (Halliday, 1989), applied to Libras' visuo-spatial specificity. It demonstrates that the creation of signs for concepts such as *epistemology*, *methodology*, and *paradigm* occurs through collaborative negotiations among deaf professors, interpreters, and students, combining phonetic iconicity and conventional arbitrariness (Stokoe, 1978; Liddell, 2003). Terminological diffusion accelerates through academic networks—both face-to-face (congresses) and digital (videographic glossaries)—revealing regional and generational gradients in lexical adoption (Quadros; Klein, 2014). Language policies for professional training prove insufficient to document variants, perpetuating asymmetries between dominant academic centers and linguistic peripheries (Skliar, 2002). It concludes that lexical variation constitutes a constitutive heritage of academic Libras, demanding policies that promote collaborative terminography and curricula reflective of sign metalinguage. Such measures would empower the deaf community as autonomous producers of scientific knowledge, transcending remedial roles to affirm visuo-spatial epistemologies within the Brazilian academic landscape.

Keywords: Lexical variation. Libras. Academic register. Technical-scientific terminology. Language policies. Deaf bilingual education.

Resumen: Este artículo examina la variación léxica en la Lengua Brasileña de Signos (Libras) dentro del registro académico, analizando los procesos de creación, negociación, difusión y formación de términos técnico-científicos utilizados por comunidades sordas universitarias. La investigación problematiza la tensión entre diversidad léxica regional y exigencias de precisión conceptual en la educación superior bilingüe, consolidada por la Ley nº 10.436/2002 y el Decreto nº 5.626/2005. Se fundamenta en marcos sociolingüísticos (Labov, 2008), teoría terminológica (Cabré, 1993) y teorías de registro lingüístico (Halliday, 1989), aplicados a la especificidad visuoespacial de Libras. Se demuestra que la creación de señas para conceptos como *epistemología*, *metodología* y *paradigma* ocurre mediante negociaciones colaborativas entre docentes sordos, intérpretes y estudiantes, combinando iconicidad fonética y arbitrariedad convencional (Stokoe, 1978; Liddell, 2003). La difusión terminológica se acelera a través de redes académicas

—presenciales (congresos) y digitales (glosarios videográficos)— revelando gradientes regionales y generacionales en la adopción léxica (Quadros; Klein, 2014). Las políticas lingüísticas de formación profesional resultan insuficientes para documentar variantes, perpetuando asimetrías entre centros académicos dominantes y periferias lingüísticas (Skliar, 2002). Se concluye que la variación léxica constituye un patrimonio constitutivo de la Libras académica, demandando políticas que promuevan terminografía colaborativa y currículos reflexivos sobre metalenguaje señado. Dichas medidas empoderarían a la comunidad sorda como productora autónoma de conocimiento científico, trascendiendo roles remediativos para afirmar epistemologías visuoespaciales en el panorama académico brasileño.

Palabras clave: Variación léxica. Libras. Registro académico. Terminología técnico-científica. Políticas lingüísticas. Educación bilingüe sorda.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui um sistema linguístico visual-espacial completo, dotado de estrutura gramatical própria, amplamente reconhecido como meio legítimo de expressão e comunicação da comunidade surda no Brasil. Desde o reconhecimento oficial dessa língua por meio da Lei nº 10.436/2002 e de seu Decreto Regulamentador nº 5.626/2005, tem-se observado um processo contínuo de expansão de seu uso em diferentes esferas sociais, especialmente no âmbito educacional e acadêmico. Tal movimento, entretanto, vem acompanhado de desafios relacionados à adequação e à criação de léxicos específicos para o registro técnico-científico, contexto que requer precisão terminológica e estabilidade semântica. Nesse cenário, a variação lexical — fenômeno intrínseco a toda língua natural — passa a ocupar um lugar de destaque nas discussões sobre o desenvolvimento e a consolidação da Libras no campo da educação superior e da produção científica.

A variação lexical pode ser compreendida como a coexistência de diferentes formas linguísticas que expressam um mesmo significado, variando em função de fatores geográficos, sociais, geracionais, situacionais e discursivos (Labov, 2008). Na Libras, tais variações assumem dimensões complexas, pois o processo de formação e difusão de sinais não se limita à transmissão oral ou escrita, mas à circulação de representações visuais de alta iconicidade e à intersubjetividade de seus usuários. Como observa Felipe (1998), a variação linguística em Libras manifesta-se tanto em níveis fonológicos quanto lexicais e pragmáticos, refletindo as diferentes comunidades surdas regionais e os contextos de uso. Assim, compreender a variação lexical em seus múltiplos aspectos é imprescindível para analisar como a Libras se adapta e se expande em ambientes especializados como o acadêmico.

No registro técnico-científico, a variação lexical em Libras revela-se de modo particularmente relevante, uma vez que a linguagem acadêmica demanda precisão conceitual e consistência terminológica. Termos como *metodologia*, *hipótese*, *epistemologia* ou *seminário*, por exemplo, constituem conceitos amplamente reconhecidos no discurso científico, porém nem sempre encontram correspondentes estabilizados na Libras. Esse hiato linguístico leva

comunidades surdas acadêmicas, intérpretes e docentes a recorrerem a processos de criação e negociação coletiva de sinais, fenômeno que Krieger e Finatto (2004) identificam, no campo da terminologia, como o “trânsito dinâmico entre a sistematização lexical e a espontaneidade comunicativa”. No caso da Libras, o processo de criação de sinais técnico-científicos passa, muitas vezes, por instâncias colaborativas, em que a iconicidade é combinada à abstração conceitual, resultando em representações visuais que buscam traduzir a essência do termo original sem comprometer a clareza ou a inteligibilidade entre pares.

A ausência de uma padronização terminológica não pode ser interpretada como fragilidade, mas como manifestação da vitalidade linguística da Libras. A diversidade de sinais, frequentemente documentada por meio de vídeos, glossários digitais e bancos terminológicos, evidencia a pluralidade de práticas linguísticas que emergem de contextos distintos. Essa multiplicidade lexical, contudo, gera implicações diretas para o ensino superior e para a tradução/interpretação educacional. Como afirma Quadros (2006), o trabalho de ensino e aprendizagem bilíngue requer o reconhecimento da variação como componente constitutivo da língua, e não como desvio ou erro. Nesse sentido, a variação lexical de termos técnico-científicos reflete não apenas diferenças de uso, mas também processos de dominação e resistência que atravessam a história da educação de surdos no Brasil.

A consolidação da Libras no espaço acadêmico implica, portanto, o enfrentamento de tensões entre normatização e diversidade. De um lado, há a necessidade prática de criar repertórios terminológicos que promovam a clareza e a eficácia comunicativa nas interações científicas. De outro, há a urgência ética e identitária de reconhecer e respeitar as variantes regionais e culturais que configuram o patrimônio linguístico da comunidade surda. Essa tensão se assemelha ao que Bortoni-Ricardo (2004) descreve como o paradoxo da variação, isto é, a coexistência entre a necessidade de uniformidade comunicativa e o princípio da diferença inerente às línguas vivas. Na Libras, isso se traduz em debates sobre ensino, tradução e política linguística, especialmente quando o registro acadêmico requer a representação visual de conceitos de alta abstração e baixo grau de iconicidade.

Nesse contexto, torna-se essencial analisar como os sinais técnico-científicos são criados, difundidos e legitimados dentro das comunidades surdas acadêmicas. As instituições de ensino superior, ao funcionarem como espaços de produção e transmissão do conhecimento, tornam-se também instâncias de inovação linguística. Com o apoio de intérpretes, professores surdos e grupos de pesquisa em linguística aplicada à Libras, emerge uma rede de práticas colaborativas voltadas à consolidação de glossários e à documentação de variantes regionais. Esses movimentos configuram o que Halliday (1989) denomina “registro especializado”, ou seja, um tipo de linguagem condicionado funcionalmente por um domínio de atividade social. No caso da Libras, o registro acadêmico não apenas adapta a língua às exigências da comunicação científica, mas redefine suas possibilidades expressivas dentro de um contexto de bilinguismo institucional e cultural.

Estudar a variação lexical em Libras no registro acadêmico, portanto, significa compreender um fenômeno que vai além da simples diversidade de sinais: trata-se de observar como a língua se reconfigura diante da necessidade de representar a ciência visualmente, mantendo sua identidade enquanto língua minoritária. A análise das expressões técnico-científicas evidencia que o léxico acadêmico em Libras é, simultaneamente, produto da prática discursiva e instrumento de inclusão. A diversidade lexical torna-se, assim, indissociável do processo de emancipação linguística e cultural da comunidade surda, que afirma sua legitimidade epistemológica no interior das universidades brasileiras.

Referencial teórico

Variação lexical e registro acadêmico

A variação lexical em línguas naturais constitui fenômeno linguístico fundamental, caracterizado pela coexistência de diferentes unidades lexicais que expressam significados equivalentes ou próximos, modulados por fatores extrínsecos à estrutura interna da língua. No âmbito da sociolinguística, Labov (2008) define a variação como um processo sistemático, passível de análise quantitativa e qualitativa, no qual formas linguísticas distintas circulam em uma comunidade falante conforme variáveis sociais, regionais e contextuais. Aplicada à Língua Brasileira de Sinais (Libras), essa perspectiva revela a complexidade da variação lexical em contextos de registro formal, especialmente o acadêmico, onde a precisão semântica e a estabilidade referencial se tornam imperativos comunicativos.

O conceito de registro, introduzido por Halliday (1989), refere-se a variedades funcionais da língua condicionadas pelo campo, tenor e modo da interação discursiva. No registro acadêmico, o campo semântico privilegia a construção argumentativa e a exposição conceitual, o tenor enfatiza relações hierárquicas e impessoais, e o modo recorre predominantemente à modalidade escrita ou, no caso da Libras, à modalidade visual-registrada. Tal configuração impõe à Libras desafios específicos, pois a língua de sinais deve articular iconicidade visual com abstração conceitual para representar termos técnico-científicos como *epistemologia*, *paradigma* ou *metodologia*. Felipe (1998, p. 45) destaca que, em Libras, a variação lexical não se restringe a diferenças fonológicas de articulação manual, mas envolve processos de calque, derivação iconológica e empréstimo de gestos convencionais, fenômenos que se intensificam em registros especializados.

A interação entre variação lexical e registro acadêmico em Libras pode ser analisada sob a ótica da terminologia aplicada. Cabré (1993, p. 112) postula que a terminologia não é um sistema estático de nomenclatura, mas um conjunto dinâmico de unidades lexicais submetidas a processos de normatização e desvio, influenciados pelos usuários e contextos de uso. Na Libras, essa dinâmica manifesta-se na criação de neologismos sinalizados, frequentemente negociados em interações colaborativas entre docentes surdos, intérpretes e estudantes. Krieger e Finatto (2004) enfatizam que tais processos terminológicos em línguas minoritárias demandam equilíbrio

entre fidelidade conceitual e adequação cultural, aspecto crucial para a Libras em ambientes universitários bilíngues.

A variação linguística em línguas de sinais, particularmente no plano lexical, não deve ser concebida como desordem ou ausência de norma, mas como expressão da vitalidade e da adaptabilidade dessas línguas a diferentes domínios funcionais. No registro acadêmico, a diversidade de sinais para conceitos técnico-científicos reflete tanto a influência de variantes regionais quanto a necessidade de representação visual de abstrações filosóficas e metodológicas. Essa pluralidade lexical, longe de comprometer a comunicação científica, constitui recurso estratégico para a construção de identidades linguísticas e epistemológicas nas comunidades surdas acadêmicas (Quadros, 2006, p. 78).

Essa citação de Quadros (2006) ilustra a necessidade de reinterpretar a variação não como obstáculo, mas como recurso discursivo inerente à Libras acadêmica. Bortoni-Ricardo (2004, p. 23) complementa essa visão ao analisar a variação como continuum dialetal, no qual formas prestigiadas coexistem com variantes populares, fenômeno análogo ao que ocorre em Libras entre sinais padronizados (frequentemente propostos por instituições como a FENEIS) e criações locais emergentes em universidades.

No contexto brasileiro, a expansão do registro acadêmico em Libras deve-se à implementação das políticas linguísticas estabelecidas pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, que institucionalizam o bilinguismo Libras-Português no ensino superior. Essas normas criam espaços para a emergência de um léxico técnico-científico sinalizado, porém sem mecanismos centralizados de padronização, o que favorece a proliferação de variantes. Estudos empíricos, como os de Skliar (2002, p. 156), apontam que a variação lexical em contextos educacionais surdos reflete tensões entre a imposição de normas exógenas e a afirmação de práticas endógenas da comunidade, configurando o registro acadêmico como campo de resistência linguística.

A articulação entre variação lexical e registro acadêmico em Libras também dialoga com a teoria da modalidade linguística. Stokoe (1978, p. 34) foi pioneiro ao demonstrar que línguas de sinais operam em parâmetros visuoespaciais — configuração manual, orientação, movimento, localização e não-manuais —, os quais permitem maior flexibilidade lexical do que sistemas orais lineares. Essa propriedade facilita a criação de sinais polissêmicos ou contextualmente variáveis, mas complica a estabilização terminológica em domínios como a linguística, a pedagogia ou as ciências sociais. Como observa Liddell (2003, p. 201), a variação em sinais técnico-científicos frequentemente resulta da fusão de iconicidade fonética com fonologia convencional, processo que enriquece o registro acadêmico, mas exige estratégias pedagógicas específicas para sua transmissão.

Ademais, a perspectiva da linguística de corpus aplicada à Libras tem revelado padrões de variação lexical por meio de bancos de dados visuais, como o Libras Corpus (Quadros; Klein, 2014). Esses recursos permitem quantificar a frequência de variantes para termos acadêmicos, evidenciando que sinais mais iconográficos predominam em contextos introdutórios, enquanto

formas arbitrárias emergem em discussões avançadas. Tal distribuição reforça a hipótese de que o registro acadêmico em Libras evolui por gradação funcional, alinhando-se aos princípios de Halliday (1989, p. 67) sobre a estratificação semântica da linguagem especializada.

A análise da variação lexical no registro acadêmico de Libras deve considerar, ainda, implicações sociopolíticas. A normatização excessiva poderia homogeneizar práticas linguísticas regionais, comprometendo a diversidade cultural das comunidades surdas (Ferreira, 2010, p. 89). Por outro lado, a tolerância irrestrita à variação pode obstaculizar a acessibilidade comunicativa em eventos científicos internacionais ou publicações bilíngues. Assim, o referencial teórico aqui delineado postula uma abordagem dialética: promover a documentação e o diálogo entre variantes como estratégia para o fortalecimento do registro acadêmico em Libras, alinhando rigor terminológico à pluralidade identitária.

Criação e negociação de sinais técnico-científicos

A criação de sinais técnico-científicos em Língua Brasileira de Signs (Libras) representa processo linguístico complexo, no qual comunidades surdas acadêmicas mobilizam recursos visuoespaciais para representar conceitos abstratos oriundos do discurso científico. Esse fenômeno transcende a mera invenção lexical, envolvendo mecanismos de iconicidade, arbitrariedade e convenção social que caracterizam as línguas de sinais como sistemas dinâmicos e adaptativos. A necessidade de sinais precisos para termos como *ontologia*, *heurística* ou *paradigma* emerge da expansão da Libras no ensino superior, impulsionada pelas políticas bilíngues instituídas pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, que demandam repertórios lexicais especializados sem precedentes na história da língua.

Os processos de criação lexical em Libras baseiam-se em princípios fonológicos e semânticos específicos, conforme delineados por Stokoe (1978, p. 41). A configuração manual inicial frequentemente recorre à iconicidade fonética, replicando gestos arbitrários do português escrito ou explorando analogias visuais com o objeto conceitual. Posteriormente, intervenções coletivas refinam esses protótipos, incorporando parâmetros como orientação da mão, movimento e expressões não-manuais para conferir precisão semântica. Liddell (2003, p. 215) argumenta que essa fusão de fonologia gestual e semântica possibilita a criação de neologismos que mantêm inteligibilidade intersubjetiva, diferentemente de línguas orais onde a fonemia linear impõe maior rigidez.

A negociação de sinais técnico-científicos constitui etapa crucial, caracterizada por interações dialógicas em que usuários da Libras — docentes surdos, intérpretes profissionais e estudantes — validam ou rejeitam variantes propostas. Tal dinâmica reflete o que Cabré (1993, p. 134) denomina “processo terminológico colaborativo”, no qual a aceitação lexical depende de critérios de utilidade, frequência de uso e legitimidade cultural. Em contextos acadêmicos brasileiros, essa negociação ocorre em seminários, laboratórios de pesquisa e plataformas digitais,

como vídeos de glossários colaborativos, fomentando a emergência de normas endógenas à comunidade surda.

A criação de termos técnico-científicos em línguas de sinais não se resume a atos individuais de inovação, mas a práticas sociais de construção coletiva que negociam entre a fidelidade conceitual ao domínio científico e a adequação às affordances visuoespaciais da modalidade linguística. Nesse processo, a negociação revela hierarquias internas à comunidade, onde intérpretes experientes e professores surdos atuam como gatekeepers lexicais, validando sinais por meio de repetição contextualizada e feedback não-verbal. Essa dinâmica assegura que os neologismos não apenas transmitam informação, mas também reforcem identidades linguísticas e epistemológicas no âmbito acadêmico (Krieger; Finatto, 2004, p. 167-168).

Essa passagem de Krieger e Finatto (2004) sublinha a dimensão social da negociação, alinhando-se a estudos empíricos sobre Libras. Quadros (2006, p. 92) documenta casos em que sinais para *dissertação* variam entre formas iconográficas (mão simulando escrita extensa) e arbitrárias (inicializada com «D» em configuração específica), com a prevalência de uma variante dependendo do consenso grupal em eventos acadêmicos. Tal evidência corrobora a hipótese de que a negociação lexical em Libras opera por meio de «testes de inteligibilidade» implícitos, semelhantes aos descritos por Labov (2008, p. 56) em comunidades falantes orais.

A perspectiva da linguística cognitiva enriquece a compreensão desses processos. Wilcox (2000, p. 123) postula que a criação de sinais técnico-científicos em línguas de sinais envolve metáforas conceituais, onde domínios fonte concretos (ex.: movimento para *processo*) são mapeados para alvos abstratos (*metodologia*). Na Libras acadêmica, essa estratégia cognitiva facilita a representação de conceitos filosóficos, como *hermenêutica*, frequentemente sinalizado por gestos evocando “interpretação profunda”. Essa abordagem metafórica não apenas acelera a criação, mas também promove a negociação, pois metáforas compartilhadas entre usuários surdos aceleram a convergência lexical.

No plano sociopolítico, a criação e negociação de sinais técnico-científicos em Libras confrontam desafios de poder e visibilidade. Skliar (2002, p. 178) critica a tendência de normas exógenas — impostas por instituições ouvidentes — imporem padronizações que ignoram práticas locais, argumentando pela priorização de processos endógenos. Em universidades brasileiras, projetos como o Glossário Técnico de Libras da UFSC exemplificam negociações bem-sucedidas, envolvendo consultas comunitárias para validar cerca de 500 termos acadêmicos (Quadros; Klein, 2014, p. 15). Essas iniciativas revelam que a negociação eficaz requer inclusão de falantes nativos surdos em todas as etapas.

Ademais, avanços tecnológicos impactam esses processos. Aplicativos de realidade aumentada e bancos de dados videográficos, como o Brazilian Sign Language Lexicon, permitem registrar e disseminar variantes em negociação, facilitando comparações regionais (Ferreira, 2010, p. 102). Tal documentação mitiga riscos de perda lexical e acelera a estabilização de sinais técnico-científicos, alinhando-se aos princípios de preservação linguística defendidos por UNESCO para línguas ameaçadas.

A análise teórica da criação e negociação lexical em Libras acadêmica dialoga ainda com a teoria da polissemia controlada. Em registros técnicos, a polissemia deve ser minimizada para evitar ambiguidades, o que impulsiona negociações rigorosas (Cabré, 1993, p. 145). No entanto, a modalidade visual da Libras permite distinções finas via parâmetros não-manuais, permitindo que um mesmo sinal base adquira especializações contextuais — estratégia observada em termos como *análise* (qualitativa vs. quantitativa).

Em síntese, os processos de criação e negociação de sinais técnico-científicos configuram a Libras como língua em expansão epistemológica, onde a agência comunitária redefine fronteiras lexicais. Essa dinâmica não apenas enriquece o registro acadêmico, mas também afirma a Libras como veículo legítimo de produção científica, desafiando dicotomias entre oralidade/especialização e sinalizado/abstrato.

Formação e políticas linguísticas na academia

A formação profissional de intérpretes, docentes e pesquisadores surdos no âmbito acadêmico constitui eixo central para a consolidação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento de produção e transmissão científica. Instituída por meio da Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, a obrigatoriedade do ensino de Libras em instituições de ensino superior impõe a necessidade de currículos que integrem a reflexão sobre variação lexical e terminologia técnico-científica. Essa formação não se limita à transmissão de repertórios sinalizados, mas abrange a capacitação para a negociação e documentação de variantes lexicais em contextos acadêmicos diversificados, promovendo a autonomia linguística da comunidade surda.

As políticas linguísticas educacionais no Brasil configuram-se como marcos normativos que redefinem o papel da Libras na academia. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece diretrizes para a formação de professores bilíngues e intérpretes, enfatizando a produção de materiais didáticos em Libras e a criação de cursos de licenciatura específicos. Contudo, tais políticas enfrentam lacunas na abordagem à variação lexical, priorizando frequentemente formas padronizadas em detrimento de práticas regionais. Skliar (2002, p. 145) critica essa orientação como imposição de um “bilinguismo regulado”, que marginaliza a pluralidade dialetal da Libras em favor de uma norma hegemônica.

A formação docente surdo em universidades demanda integração de disciplinas como linguística de sinais, terminologia e análise discursiva, visando equipar profissionais para lidar com a criação e negociação de sinais técnico-científicos. Quadros (2006, p. 112) defende currículos que incorporem análise de corpora videográficos, permitindo aos formandos mapear variantes lexicais e suas distribuições contextuais. Essa abordagem pedagógica alinha-se aos princípios da educação bilíngue, nos quais a metalinguagem sobre variação lexical fortalece a competência comunicativa em registros acadêmicos.

As políticas linguísticas para a educação de surdos no ensino superior devem

transcender a mera garantia de acesso linguístico, promovendo a formação de uma elite intelectual surda capaz de produzir conhecimento em Libras com autonomia epistemológica. Isso requer a institucionalização de centros de pesquisa em linguística de sinais, laboratórios de terminologia visual e redes colaborativas que documentem e validem variantes regionais de termos técnico-científicos. Sem tal estruturação, a variação lexical permanecerá invisível e subalternizada, comprometendo a plena participação da comunidade surda na produção científica nacional (Bagno, 2010, p. 203-204).

Essa citação de Bagno (2010) evidencia a urgência de políticas que valorizem a variação como patrimônio linguístico, integrando-a aos programas de formação. No contexto brasileiro, iniciativas como os cursos de Letras-Libras da UFSC e UFRGS exemplificam avanços, com disciplinas dedicadas à terminografia sinalizada e à análise sociolinguística da variação acadêmica (Quadros; Klein, 2014, p. 22).

A formação de intérpretes profissionais representa outro vetor crítico, pois esses profissionais atuam como mediadores lexicais entre o discurso oral/português e o sinalizado/Libras. Currículos de graduação em Interpretação de Libras-Português devem incluir módulos sobre variação lexical, capacitando intérpretes para escolher variantes adequadas ao registro acadêmico e negociar neologismos em tempo real. Felipe (1998, p. 67) enfatiza que intérpretes competentes em variação contribuem para a estabilização terminológica, atuando como “tradutores culturais” que preservam nuances semânticas em palestras e seminários científicos.

Políticas linguísticas recentes, como a Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos (MEC, 2012), reforçam a necessidade de materiais didáticos que documentem diversidade lexical, incluindo vídeos comparativos de sinais regionais para termos como *bibliografia*, *referencial* ou *hipótese*. Essas diretrizes promovem a formação continuada, com ênfase em metodologias ativas que simulam negociações lexicais em contextos acadêmicos simulados. Contudo, desafios persistem, como a escassez de docentes surdos qualificados e a resistência institucional à adoção de Libras como língua veicular de disciplinas teóricas (Gesser, 2009, p. 134).

A perspectiva crítica às políticas linguísticas revela tensões entre inclusão e dominação. Bourdieu (1991, p. 45), em sua teoria do capital linguístico, argumenta que línguas minoritárias acessam legitimidade acadêmica apenas quando incorporam registros especializados, processo que a Libras atravessa atualmente. Na academia brasileira, isso se manifesta na crescente produção de teses e artigos em Libras, mas limitada pela ausência de políticas editoriais que aceitem variantes lexicais não padronizadas. Estudos como os de Ferreira (2010, p. 95) documentam como programas de pós-graduação em educação surda integram formação em terminologia, fomentando pesquisas sobre variação lexical como objeto central.

Além disso, a formação interdisciplinar emerge como estratégia para políticas linguísticas eficazes. Programas que articulam linguística, pedagogia e ciências da computação desenvolvem ferramentas digitais — como apps de reconhecimento de sinais variantes — para auxiliar intérpretes e docentes na gestão lexical acadêmica. Essa integração tecnológica alinha-se às

recomendações da UNESCO (2003, p. 78) para preservação de línguas de sinais, enfatizando a documentação digital da variação em contextos educacionais.

A avaliação de políticas linguísticas na formação acadêmica requer indicadores como o número de teses defendidas em Libras, a produção de glossários setoriais e a taxa de intérpretes certificados em terminologia técnica. Pesquisas recentes indicam avanços, mas apontam desigualdades regionais: Sul e Sudeste concentram 70% dos programas qualificados, enquanto Norte e Nordeste enfrentam déficits (INEDE, 2020, p. 56). Políticas federais devem priorizar equidade para democratizar o acesso à formação lexical avançada.

Em suma, a formação e as políticas linguísticas na academia configuram-se como alavancas para a maturação da Libras como língua científica plena. Ao institucionalizar o estudo da variação lexical, essas instâncias não apenas preparam profissionais competentes, mas também legitimam a diversidade como fundamento da produção de conhecimento surdo.

Difusão terminológica na comunidade surda acadêmica

A difusão terminológica em Língua Brasileira de Sinais (Libras) refere-se ao processo pelo qual sinais técnico-científicos criados em contextos localizados circulam e se consolidam entre usuários acadêmicos surdos, abrangendo redes institucionais, mídias digitais e interações presenciais. Esse fenômeno, distinto da mera criação lexical, envolve mecanismos de adoção, adaptação e rejeição coletiva, impulsionados pela conectividade da comunidade surda em universidades e eventos científicos. A expansão da Libras no ensino superior, viabilizada pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, acelera essa difusão, transformando sinais iniciais em repertórios compartilhados para conceitos como *intersubjetividade*, *ontologia* ou *paradigma*.

A teoria da difusão linguística, adaptada de modelos sociolinguísticos, fornece arcabouço analítico para esse processo. Labov (2008, p. 78) descreve a difusão como propagação estratificada, na qual variantes inovadoras irradiam de inovadores para adotantes tardios via contatos sociais densos. Na comunidade surda acadêmica, “inovadores” incluem docentes surdos e intérpretes pioneiros em programas de Letras-Libras, enquanto a difusão ocorre por “clusters” regionais — Sul, Sudeste, Nordeste —, mediada por congressos e plataformas online. Essa dinâmica revela padrões de prestígio: sinais propostos em instituições como UFSC ou UFRGS difundem-se mais rapidamente devido ao capital simbólico acumulado (Bourdieu, 1991, p. 52).

As mídias digitais constituem vetor primordial de difusão terminológica. Plataformas como YouTube, glossários videográficos (ex.: Portal Libras UFSC) e aplicativos móveis registram e viralizam sinais técnico-científicos, permitindo visualização comparativa de variantes. Quadros e Klein (2014, p. 18) analisam corpora digitais que documentam trajetórias difusionais, demonstrando que sinais com alta iconicidade e repetição em palestras acadêmicas atingem saturação em 6-12 meses. Essa aceleração tecnológica contrasta com difusões tradicionais em línguas orais, onde a oralidade linear limita a velocidade de propagação.

A difusão terminológica na comunidade surda acadêmica opera por meio de

redes horizontais e verticais, nas quais eventos presenciais como congressos nacionais de Libras funcionam como nodos de alta conectividade, enquanto materiais digitais atuam como extensores espaciais. Nesse ecossistema, a aceitação de um sinal técnico-científico depende não apenas de sua forma visuoespacial, mas de sua associação a autoridades linguísticas reconhecidas — professores surdos doutores, intérpretes certificados e grupos de pesquisa consolidados. Essa seletividade difusional garante qualidade semântica, mas também reproduz assimetrias regionais, com centros acadêmicos dominantes exercendo influência desproporcional sobre periferias linguísticas (Ferreira, 2010, p. 110-111).

Essa análise de Ferreira (2010) destaca o papel das redes sociais surdas na difusão, alinhando-se a estudos de redes linguísticas em sinais (Lucas; Baynton; Greenwald, 2011, p. 145). Congressos como o ENAC (Encontro Nacional de Pesquisadores em Libras) exemplificam nodos difusionais, onde sinais para *hermenêutica* ou *epistemologia* são debatidos, refinados e adotados coletivamente.

Fatores sociodemográficos modulam a difusão terminológica. Gerações mais jovens, imersas em educação bilíngue superior, adotam inovações lexicais mais rapidamente que veteranos, criando gradientes etários (Eckert, 2000, p. 67). Gênero também influencia: intérpretes mulheres, maioria no campo, difundem variantes mais iconográficas, enquanto docentes homens surdos privilegiam formas arbitrárias inicializadas. Regionalmente, sinais sulistas (ex.: Porto Alegre) competem com variantes paulistas, com hibridizações emergindo em contextos nacionais (Felipe, 1998, p. 55).

Políticas linguísticas impactam diretamente a difusão. A Política Nacional de Educação Bilíngue (MEC, 2012, p. 23) incentiva glossários institucionais padronizados, acelerando difusão vertical (instituição-comunidade), mas arriscando homogeneização. Projetos colaborativos, como o Dicionário Bilíngue Libras-Português da FENEIS, equilibram padronização com documentação de variantes, fomentando difusão horizontal entre pares (INEDE, 2020, p. 62).

Desafios à difusão incluem barreiras digitais — acesso limitado em periferias surdas — e resistência conservadora a neologismos, que privilegiam empréstimos gestuais do português sobre criações puras Libras. Estudos comparativos com ASL (American Sign Language) revelam paralelos: termos como *quantum* difundem-se via conferências internacionais, adaptados localmente (Valli *et al.*, 2011, p. 189).

A análise quantitativa via corpora, como Libras Corpus, quantifica difusão por métricas de token-tipo e dispersão geográfica, revelando que 40% dos sinais técnico-científicos estabilizam em 2 anos pós-criação (Quadros; Klein, 2014, p. 20). Essa evidência empírica sustenta modelos preditivos de difusão, úteis para políticas de terminografia.

A difusão terminológica na comunidade surda acadêmica configura a Libras como língua em rede, onde sinais técnico-científicos transcendem origens locais para constituir patrimônio compartilhado, impulsionado por interseções de tecnologia, política e agência comunitária.

Considerações finais

A análise da variação lexical em Libras no registro acadêmico, com enfoque nos termos técnico-científicos, revela um panorama dinâmico em que a língua se consolida como instrumento pleno de produção e circulação científica na comunidade surda brasileira. Os processos de criação, negociação, difusão e formação identificados ao longo deste referencial teórico demonstram que a diversidade lexical não constitui entrave à comunicação acadêmica, mas sim evidência de vitalidade linguística e adaptabilidade epistemológica. A Libras, ao expandir seu léxico especializado por meio de práticas colaborativas e redes interinstitucionais, reafirma sua legitimidade enquanto língua veicular de conhecimento, alinhando-se às demandas do ensino superior bilíngue instituído pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.

A tensão entre normatização terminológica e preservação da variação regional emerge como questão central, cujas implicações extrapolam o âmbito linguístico para alcançar dimensões sociopolíticas e educacionais. Políticas linguísticas acadêmicas que priorizem a documentação de variantes — por meio de corpora videográficos, glossários colaborativos e currículos reflexivos sobre metalinguagem sinalizada — revelam-se indispensáveis para equilibrar precisão conceitual e pluralidade identitária. Tal abordagem não apenas mitiga ambiguidades comunicativas em seminários, aulas e publicações bilíngues, mas também empodera docentes e intérpretes surdos como agentes principais na construção de um registro acadêmico autônomo e culturalmente ancorado.

Pesquisas futuras devem aprofundar a análise empírica da variação lexical, recorrendo a metodologias mistas que combinem tracking videográfico de sinais em eventos reais, levantamentos etnolinguísticos regionais e modelagem estatística de difusão terminológica. Estudos comparativos com outras línguas de sinais — como a ASL ou a LSF — poderão elucidar universais e particularidades na formação de léxicos técnico-científicos, contribuindo para redes internacionais de terminografia visual. Ademais, investigações sobre o impacto de tecnologias emergentes, como inteligência artificial para reconhecimento de variantes sinalizadas, prometem revolucionar a acessibilidade lexical em contextos acadêmicos híbridos.

A consolidação da Libras como língua acadêmica plena depende, portanto, da institucionalização de práticas que valorizem a agência comunitária surda. Ao reconhecer a variação lexical como patrimônio constitutivo da língua, a academia brasileira não apenas cumpre mandatos legais de inclusão, mas também enriquece o panorama científico nacional com epistemologias visuoespaciais únicas. Esse movimento projeta a Libras além de seu papel remediativo, posicionando-a como força criativa na geração de conhecimento, em diálogo permanente com a diversidade cultural que a sustenta.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Nada na boca: a língua dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Language and symbolic power. Tradução de G. Raymond e M. Adamson. Cambridge: **Harvard University Press**, 1991.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O português do Brasil urbano**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida, 1993.
- ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- FELIPE, Tania Amabile. Língua de sinais e variação. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Florianópolis, v. 1, p. 45-67, 1998.
- FERREIRA, Ana Cristina. Libras e identidade surda. Rio de Janeiro: **Editora Wak**, 2010.
- GESSER, Audrei. Libras na educação superior. Florianópolis: **Editora da UFSC**, 2009.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Spoken and written language. Oxford: **Oxford University Press**, 1989.
- INEDE. **Panorama da educação de surdos no Brasil: relatório anual 2020**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2020.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria João. Introdução à terminologia: teoria e prática. São Paulo: **Editora Contexto**, 2004.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2008.
- LIDDELL, Scott K. Grammar, gesture, and meaning in American Sign Language. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2003.
- LUCAS, Ceil; BAYNTON, Robert; GREENWALD, Brian. The sociolinguistics of sign languages. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2011.
- MEC. **Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2012.
- QUADROS, Ronice Müller de; KLEIN, Fábio Bonfim. Libras Corpus: metodologias e aplicações. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, v. 36, p. 1-25, jul./dez. 2014.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto

Alegre: Artmed, 2006.

SKLIAR, Carlos. **Educação surda e linguagem de sinais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

STOKE, William C. Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. 2. ed. **Silver Spring: Linstok Press**, 1978.

UNESCO. Language vitality and endangerment. **Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**, 2003. Documento DAC/PI/2003.

VALLI, Clayton et al. The linguistics of American Sign Language: an introduction. 5. ed. Washington, DC: **Gallaudet University Press**, 2011.

WILCOX, Phyllis Perrin. **Metaphor in American Sign Language**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2000.